STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 267: DIREITO AUTORAL III 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 267 Brasília, 26 de setembro de 2025

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 22/08/2025.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 267: DIREITO AUTORAL III

1. A intertextualidade, prática comum na atividade criativa, caracteriza-se por ser uma criação intelectual nova elaborada partir de conteúdos preexistentes, por meio de referência implícita ou explícita e pode ser lícita, como a paródia e a paráfrase, ou ilícita, como o plágio.

Art. 5º, IV e IX, da CF, e art. 47 da Lei n. 9.610/1998.

Julgados: REsp 2121497/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 12/09/2024; ; EREsp 1810440/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 11/10/2022; TutAntAnt 384/PR (decisão monocrática), Rel. Min. RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, publicado em 30/09/2024

2. A paródia, imitação cômica de composição literária, filme, música ou qualquer obra conhecida do público, adapta obra preexistente a um novo contexto e constitui criação nova e autônoma, o que dispensa a indicação do nome do autor da obra originária.

Art. 47 da Lei n. 9.610/1998.

Julgados: EREsp 1810440/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 11/10/2022; ; REsp 1967264/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 18/02/2022; ; REsp 1548849/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 04/09/2017

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 661 e 725)

3. Para ser lícita, a paródia depende do preenchimento dos seguintes requisitos: (i) existência de certo grau de criatividade; (ii) ausência de efeito desabonador da obra originária; (iii) respeito à honra, à intimidade, à imagem e à privacidade de terceiros; (iv) observância do direito moral de ineditismo do autor da criação primeva; (v) atendimento da "regra dos três passos" (*three-step-test*); (vi) ausência de intuito comercial. Obs. Art. 5º, X, da CF/1988 e art. 47 da Lei n. 9.610/1998.

Julgados: EREsp 1810440/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 11/10/2022; ; REsp 1597678/RJ, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 24/08/2018

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 725)

4. A finalidade da paródia, se comercial, eleitoral, educativa, puramente artística ou qualquer outra, é indiferente para a caracterização de sua licitude e liberdade asseguradas pela Lei n. 9.610/1998.

Art. 47 da Lei n. 9.610/1998.

Julgados: EREsp 1810440/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 11/10/2022; ; REsp 1810440/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 21/11/2019; ; REsp 1597678/RJ, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 24/08/2018

5. No âmbito eleitoral, os jingles estão sujeitos à proteção do direito autoral e exigem autorização prévia e expressa dos titulares para uso, o que não se confunde com a paráfrase ou a paródia da obra musical, pois estas são permitidas e independem de autorização.

Art. 47 da Lei n. 9.610/1998.

Julgados: REsp 2093520/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 17/05/2024

6. Os danos oriundos da violação de direitos autorais são presumidos, pois decorrem da própria violação do direito de propriedade intelectual.

Julgados: AgInt nos EDcl no REsp 1810860/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 11/04/2024; ; AgInt no AREsp 2011551/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 17/05/2023; ; REsp 1959267/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 14/12/2021; ; REsp 1897342/RJ, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 01/03/2021

7. O art. 103 da Lei n. 9.610/1998, veicula sanção civil àquele que editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular e não, propriamente, um parâmetro de reparação pelo dano material percebido pelo autor da obra.

Julgados: REsp 1877336/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 18/09/2020; ; REsp 1562617/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/11/2016; AgInt no REsp 1587530/MG (decisão monocrática), Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, publicado em 04/04/2023; REsp 1975317/DF (decisão monocrática), Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, publicado em 14/06/2022

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 411)

8. A aplicação da multa prevista no art. 109 da Lei n. 9.610/1998 demanda a existência de má-fé e a intenção ilícita de usurpar os direitos autorais.

Julgados: AgInt no REsp 1385138/SC, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30/10/2017; ; AgInt no REsp 1315628/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 04/09/2017; ; AgRg no AREsp 659149/CE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 04/05/2015; AREsp 1265610/SP (decisão monocrática), Rel. Min. MARCO BUZZI, Quarta Turma, publicado em 11/12/2019; REsp 1415776/PR (decisão monocrática), Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, publicado em 11/12/2017; AgRg no REsp 915619/RS (decisão monocrática), Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, publicado em 25/08/2017

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 542, 423 e 156)